



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

SÍNTESE DA 13ª SESSÃO PLENÁRIA DO
OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

Maputo, Abril de 2013

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. TEMAS APRESENTADOS	5
A) APRESENTAÇÃO DO BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2012.....	5
B) APRESENTAÇÃO DO INFORME SOBRE O PROCESSO DE ACTUALIZAÇÃO DO GUIÃO DE ORIENTAÇÕES DO OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO (EM CURSO)	5
C) APRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	6
D) INTERVENÇÃO DOS PARCEIROS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	6
III. PROBLEMAS LEVANTADOS E PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES.....	7
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
V. PROGRAMA DA 13ª SESSÃO PLENÁRIA OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO	13
VI. LISTA DE PRESENÇAS DA 13ª SESSÃO PLENÁRIA DO OD DE NÍVEL CENTRAL	14

I. INTRODUÇÃO

1. No âmbito do Processo de Planificação e Monitoria Participativa envolvendo a Sociedade Civil e os Parceiros de Cooperação Internacional, realizou-se no dia **29 de Março de 2013**, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, Cidade de Maputo, a **13ª Sessão Plenária do Observatório do Desenvolvimento Central**.
2. O Observatório de Desenvolvimento (OD) é um fórum consultivo e participativo entre o Governo e os Parceiros Nacionais e Internacionais para a promoção do desenvolvimento sócio-económico sustentável, no concernente à planificação, execução, monitoria e avaliação dos instrumentos de planificação.
3. A 13ª Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento Central é a Primeira Sessão do Observatório de Desenvolvimento realizada no presente ano, e enquadra-se no quadro do processo de Revisão Anual de 2013, processo conjuntamente lançado pelo Governo e Parceiros, a 12 de Março do ano em curso.
4. A Sessão contou com a presença de 147 Participantes, entre membros do Governo, representantes da Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação Internacional. Do lado do Governo estiveram presentes o Ministro das Finanças, que dirigiu a sessão, a Ministra dos Recursos Minerais, Vice Ministro da Administração Estatal, Vice Ministro das Obras Públicas e Habitação, Vice Ministro dos Transportes e Comunicação, Secretária Permanente do Ministério da Educação, Secretário Permanente do Ministério de Trabalho, Secretária Permanente do Ministério da Função Pública, o Presidente do INE e o Secretário Permanente do Governo da Província de Maputo.
5. No seu Discurso de Abertura, Sua Excelência o Ministro das Finanças, Manuel Chang, sublinhou que o Observatório de Desenvolvimento constitui um espaço privilegiado de interacção e diálogo abertos entre o Governo, as Organizações da Sociedade Civil e os Parceiros de Cooperação Internacional, visando a partilha de experiências positivas e constructivas que tem vindo a contribuir para o fortalecimento contínuo da coordenação

do esforço conjunto de combate à pobreza e da prossecução da agenda de desenvolvimento do país.

6. Sua Excelência o Ministro das Finanças salientou que o Governo realiza todos os anos as sessões do Observatório de Desenvolvimento, com a total convicção de que este Fórum continua sendo o momento ímpar de participação activa de todos os actores de desenvolvimento, na busca de caminhos para a melhoria contínua da eficácia dos processos de planificação, orçamentação e monitoria dos instrumentos de governação.
7. Na sequência, Sua Excelência o Ministro das Finanças realçou na 13ª Sessão do Observatório de Desenvolvimento, que esta sessão ocorre num contexto difícil devido ao impacto negativo das calamidades naturais que afectaram o País, com maior incidência entre os meses de Janeiro e Fevereiro, tendo causado perda de vidas humanas, destruído infraestruturas sociais, produtivas e de transportes e comunicação bem como extensas áreas agrícolas.
8. Neste contexto, Sua Excelência o Ministro das Finanças, em nome do Governo, congratulou e agradeceu à todos os membros e segmentos da Sociedade Moçambicana pela sua resposta imediata ao apelo de solidariedade nacional para com as vítimas das calamidades, sublinhando que a resposta dos moçambicanos foi ímpar e exemplar e contribuiu sobremaneira para minorar o sofrimento das populações afectadas.
9. Na sequência, referiu que a contagiante onda de solidariedade provou ao Mundo que os moçambicanos são um povo solidário, unido, sensível e sempre disposto a usar as suas forças para ajudar o próximo. Em nome do Governo, Sua Excelência o Ministro das Finanças, endereçou o apreço a todos os Parceiros de Cooperação pelo seu apoio oportuno e multiforme para a resposta as calamidades, e salientou que o Governo continua a contar com a contribuição da Sociedade Civil e dos Parceiros de Cooperação para os esforços de reconstrução pós-calamidades visando a rápida normalização da vida das populações afectadas, em particular, e da economia, no geral.

II. TEMAS APRESENTADOS

a) Apresentação do Balanço do Plano Económico e Social de 2012

10. Coube ao Governo, fazer a apresentação relativa ao Balanço do Plano Económico e Social de 2012.
11. A apresentação focalizou o Contexto Internacional e aos Principais Indicadores Macroeconómico e Sociais, Produção Global, bem como resumiu as principais acções dos diversos Sectores do Governo (**vide apresentação em anexo**).
12. Em resumo, a produção global cresceu 7.6% (plano anual de 8.5%); a taxa de inflação média foi de 2.1% (previsão anual de 7.2%), o nível mais baixo dos últimos dez anos; as exportações situaram-se em USD 2.601,6 milhões (meta anual de USD 3.020 milhões).
13. Em relação as reservas internacionais líquidas, estas tiveram o saldo de USD 2.656 milhões, o que em termos de reservas brutas é equivalente a 5.8 meses de cobertura das importações de bens e serviço não factoriais (plano anual de 4.7 meses de cobertura).
14. Em geral, o desempenho de 2012 foi positivo na medida em que as metas planificadas foram maioritariamente atingidas e os indicadores macroeconomicos e sociais revelaram um bom desempenho.

b) Apresentação do informe sobre o processo de actualização do Guião de Orientações do Observatório de Desenvolvimento (em curso)

15. A apresentação do informe sobre o processo de actualização do Guião de Orientação do Observatório de Desenvolvimento, na 13ª Sessão Plenária do Observatorio de

Desenvolvimento, teve como objectivo partilhar a informação sobre o processo de actualização e solicitar subsídios para a melhoria do Guião acima mencionado.

16. Neste contexto, foi avançado que a recolha das contribuições continuaria durante o mês de Abril do ano em curso, convista a produção do Guião de Orientação do Observatório de Desenvolvimento actualizado.

c) Apresentação da Sociedade Civil

17. A intervenção da Sociedade Civil consistiu na apresentação do documento de contribuição da sociedade civil para a 13ª Sessão do Observatório de Desenvolvimento, em que este reflete as preocupações da população em relação ao desempenho dos sectores prioritários para a redução da pobreza, refletidos nos objectivos e pilares do PARP.
18. De forma geral, foram apresentados desafios para o Governos, nos sectores da educação, saúde, agricultura, águas, estradas, emprego e geração de rendimentos (incluindo os sete milhões), com vista a melhorar cada vez mais a prestação de serviços a população moçambicana, desde as zonas rurais até à cidades (em anexo a apresentação das contribuições da Sociedade Civil).
19. Para termina, a Sociedade Civil congratulou o governo pelo desempenho alcançado em 2012 e referiu-se que para o ano em curso, espera ver realizadas actividades para o benefício da população no País.

d) Intervenção dos Parceiros de Cooperação Internacional

20. A intervenção dos Parceiros Internacionais foi proferida pela Sua Excia a Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Moçambique, que, na ocasião recordou aos

participantes que o fórum do Observatório de Desenvolvimento completara 10 anos e, é um mecanismo importante para assegurar a participação da SC e Parceiros de cooperação no diálogo e contribuição para o Desenvolvimento Económico e Social do País.

21. Quanto à actualização do Guião do OD referiu-se que é uma oportunidade para integrar as questões actuais. Sua Excia a Coordenadora Residente terminou realçando que é importante que o Desenvolvimento registado no País cubra os anseios da População e felicitou o Governo pelo bom desempenho alcançado em 2012.

III. PROBLEMAS LEVANTADOS E PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Das intervenções efectuadas em plenária incluindo na discussão aberta, foram levantadas várias questões. Assim, no ponto seguinte são sistematizados os principais problemas levantados e as respectivas recomendações:

A Sociedade Civil questionou a respeito do não pronunciamento do governo no caso do desvio de fundos do Orçamento do Estado no Ministério da Educação

22. Sobre este ponto, o Governo esclareceu que a situação está a ser investigada e não se pode trazer ao público antes dos resultados serem apurados. Assim que os resultados estiverem prontos, serão publicados.

A Sociedade Civil questionou a respeito do envolvimento de 1 (um) Ministro e 1 (um) Vice – Ministro no contrabando de Madeira em conivência com um empresário da China.

23. Sobre este ponto, o Governo recomendou a Sociedade Civil a buscar esclarecimento na fonte de onde obteve a informação, pois o governo não pode aparecer em público a pronunciar-se sobre especulações.

A Sociedade Civil questionou em relação a atribuição de 20 mil ha de terra no baixo Limpopo, na província de Gaza, sem auscultação da comunidade (alegando que esta não está satisfeita com esta situação).

24. Sobre este ponto, o Governo referiu que, desde as cheias de 1977 até então, com a intervenção deste projecto na zona do Limpopo, houve um grande investimento. A população foi auscultada, e mostra-se satisfeita com os resultados obtidos até então, a título de exemplo, o arroz que é produzido está agora a ser comercializado no mercado nacional (arroz Bom Gosto) e, os moçambicanos podem adquiri-lo.

25. Em tempos atrás, nesta zona existia muita criminalidade, e actualmente reduziu este acto e o espaço esta sendo aproveitado da melhor maneira, por outro lado, os camponeses estão a ser formados em técnicas de produção, e poderão aumentar sua produção.

Disputa de terra entre o Sector da Defesa Nacional (Quartel em Nacala) e o Projecto da construção dos aeroportos de Nacala.

26. Sobre este ponto, o Governo referiu que, foi criada uma equipa multisectorial (envolvendo os sectores da Administração Estatal, Defesa, Função Pública e Transportes e Comunicações) para se inteirar e responderem a esta situação. A equipa está a trabalhar no assunto e, é importante que se encontre um ponto de convergência de interesses do quartel e dos aeroportos.

Exigência por parte da Sociedade Civil ao Governo, de uma indemnização para a população de Chókwè e Xai-Xai, pelos danos causados pelas Cheias de Janeiro/Fevereiro do corrente ano.

27. O Governo começou por esclarecer que a questão das cheias de Janeiro e Fevereiro do corrente ano é resultado das mudanças climáticas, e a monitoria que se faz é mesmo de previsão, mas há vezes em que a previsão falha e os resultados podem ser desastrosos.

28. Houve um pré-aviso sobre as cheias as populações sobre a possibilidade de haver cheias em Gaza (Chóckwè e Xai-Xai), e as populações foram aconselhadas a abandonar os locais de risco para os locais seguros; mas existiram cidadãos que não aceitaram abandonar o local de risco.

29. Portanto, houve vontade por parte do governo de evitar os danos causados pelas cheias em Chóckwè e Xai-Xai e, houve um trabalho de resgate nas zonas afectadas para o reassentamento.

- A Sociedade Civil avançou com uma proposta para minimizar o problema das cheias, através da construção de Barragens e de Diques de proteção.

A Sociedade Civil solicitou ao Governo esclarecimento relativos aos recursos minerais existentes no país.

30. Em relação a este ponto, o Governo informou que a indústria extractiva é nova e apelou a Sociedade Civil para em coordenação com o Governo divulgarem a legislação da extração mineira em Moçambique e que os moçambicanos devem explorar todas oportunidades que possam surgir da indústria extractiva.

31. Actualmente conta-se com três (3) Leis sobre os recursos minerais (lei sobre o petróleo e 2 de regime fiscal), e o diálogo vai continuar a volta deste assunto.

A Sociedade Civil mostrou a posição do país em relação a avaliação realizada às estatísticas nacionais e questiona a diferença entre estatísticas oficiais e o que se verifica no terreno.

32. O governo realçou que o facto de se comparar as estatísticas nacionais com outros países que não tem estatísticas organizadas, faz com que se apresenta o problema do índice de desenvolvimento humano. Tem-se mantido contacto de forma que não sejamos penalizados por ter estatísticas oficiais no país (ex: alterações na metodologia de estatísticas, faz com que o índice de desenvolvimento humano de um país mude).

33. Existe subsistema de estatísticas a nível de distrito (recolha de dados 3 vezes ao ano) e poderão ser consultados através do *websít* do INE.

A Sociedade Civil questionou sobre o actual sistema nacional de educação, que segundo ele, esta tem como principal característica “Gerar Quantidades”, sem criar competências necessárias para melhor empregabilidade e auto-emprego!

34. O governo está a trabalhar nesta área, existe a estratégia de educação inclusiva, espera-se construir 3 centros regionais para leccionar crianças que necessitam de cuidados especiais. Esta em curso a reforma para os institutos de formação de Professores.

35. Foram construídas escolas com internatos, e promove-se a expansão da rede de escolas secundárias e o ensino secundário de primeiro grau cobre todo o país.

- A Sociedade Civil apresentou um desafio ao governo nesta área: sobre a necessidade de maior atenção na área da educação especificamente ao ensino técnico e de ofício, a formação técnica e pedagógica dos professores e o acesso à educação para crianças com necessidades especiais (deficientes físicos).
- A Sociedade Civil, aponta desafios que merecem ainda maior atenção pelo Governo, sendo (i) o fraco acesso a água (potável e fontenárias) sobretudo nas zonas rurais; (ii) o acesso a medicamentos para todos nos hospitais públicos, aumento de maternidades nos distritos e ambulâncias para a evacuação de doentes entre distritos e localidades, e a questão de falta de ética e maus tratamentos nos hospitais públicos; (iii) A necessidade de criação do fundo de desenvolvimento agrário e criação de vias de acesso aos mercados (para aquisição de *insumos* e venda da produção a preços justos).

36. O Governo afirmou que existe um Plano de Desenvolvimento de Unidades Sanitárias para um aumento das unidades sanitárias ao longo do país, obedecendo um plano director (que ilustra o tipo de unidades sanitárias a serem construídas); reconhece-se que alguns funcionários não têm ética e ao nível do sector existe um plano de humanização dos cuidados nos hospitais e nesta actividade conta-se com a participação da Sociedade Civil, os hospitais com boas práticas são premiadas.

37. Relativamente aos medicamentos, o governo apelou a Sociedade Civil que ao encontrar farmácias com medicamentos que não inspiram confiança devem contactar o Ministério da Saúde para que medidas sejam tomadas para desencorajar estes actos.

38. No sector da agricultura, o governo aprovou o documento de Desenvolvimento do Sector Agrário (o plano de investimento é de acelerar a produção de comida). A 11 de Abril, terá lugar a conferência de investidores, que será a oportunidade para a obtenção de financiamentos para o sector. Existe o fundo de desenvolvimento agrário e tem estado a apoiar diferentes linhas de crédito (existem critérios bem definidos para o acesso), o programa de fertilizantes e sementes e o Programa de agro-negócios.
39. Em relação a área da água, o governo referiu-se que existe um trabalho a nível dos distritos para resolver a questão de fontes inoperacionais (através de reabilitação e ou construção). Registou-se em 2012, o aumento das ligações domiciliárias e baixa de procura de fontenárias (27%), devido a demanda por ligações domiciliárias.
40. Os parceiros internacionais, em relação a actualização do Guião de Orientação dos OD, referiram que há necessidade de rever o calendário obedecendo o ciclo de planificação nacional, adoptar sessões temáticas nas sessões plenárias do OD (ex: índice de Desenvolvimento Humano; experiências de outros países em relação a redução da pobreza, etc.).

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

41. Na sua intervenção final, Sua. Excia. Ministro das Finanças agradeceu aos presentes pela participação e pelo diálogo franco e, salientou que o que se pretende é tudo de bom para os moçambicanos e para Moçambique.
42. Em relação ao Balanço do Plano Económico e Social de 2012, a Sociedade Civil e Parceiros internacionais foram unânimes em congratular o desempenho positivo do governo e igualmente foi reconhecida a importância do diálogo franco e aberto entre os membros do Observatório de Desenvolvimento, em prol do Desenvolvimento económico e social do país, e naturalmente existem desafios.
43. No geral, as preocupações levantadas pela Sociedade Civil estão devidamente anotadas e acolhidas pelo Governo, e é preocupação conjunta de melhorar o bem-estar da população.

44. Sua. Excia. Ministro da Finanças realçou que o governo tem um grande desafio para minimizar os impactos negativos causados pelas cheias no país, e realizar investimentos em infra-estruturas. Em relação as estatísticas, encorajou as Nações Unidas para apoiar o governo e usar as estatísticas nacionais, e lançou um desafio (conjuntamente com os parceiros internacionais) para as próximas sessões do OD, em que podia-se apresentar estudos e adoptar temas sobre o desenvolvimento e trazer-se a discussão em sessões plenárias.

Sua Excia o Ministro das Finanças encerrou a sessão agradecendo a presença de todos os participantes da 13ª Sessão plenária do Observatório de Desenvolvimento.

Maputo, Abril de 2013

Programa da 13ª Sessão Plenária Observatório de Desenvolvimento

Programa

Data: 29 de Março de 2013

Local: Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano

- 08:30 – 09:00h Registo dos Participantes.
- 09:00 – 09:10h Abertura da 13ª Sessão Plenária do Observatório de
Desenvolvimento - Por Sua Excelência o Ministro das
Finanças.
- 09:10 – 09:25h Apresentação do Documento do Balanço do PES de 2012.
- 09:25 – 09:40h Informe sobre o Guião de orientação dos Observatório de Desenvolvimento (**em
actualização**).
- 09:40 – 10:40h Discussão Aberta.
- 10:40 – 10:55h Intervenção do Representante da Sociedade Civil.
- 10:55 – 11:10h Intervenção do Representante dos Parceiros Internacionais
- 11:10 – 11:50h Discussão Aberta.
- 11:50 – 12:00h Encerramento – Conclusões e Recomendações da 13ª Sessão
do Observatório de Desenvolvimento.
- 12:00h ***Lanche.***

V. LISTA DE PRESENCAS DA 13ª SESSÃO PLENÁRIA DO OD DE NÍVEL CENTRAL

Local: Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
1.	Ministro das Finanças	
2.	Ministra dos Recursos Minerais	
3.	Vice Ministro da Administração Estatal	
4.	Vice Ministro das Obras Públicas e Habitação	
5.	Vice Ministro dos Transportes e Comunicação	
6.	Secretária Permanente do Ministério da Educação	
7.	Secretário Permanente do Ministério de Trabalho	
8.	Secretária Permanente do Ministério da Função Pública	
9.	Presidente do INE	
10.	Secretário Permanente do Governo da Província de Maputo	

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO		
11.	Ilaria Carnevoi	PNUD
12.	Masshias Naab	PNUD
13.	Manuel Filipe	PNUD
14.	Jonas Pohmann	DFID
15.	Diojo Francer	Embaixada da Polónia
16.	Mahomed Murargy	EU
17.	Rasmus Barre	Bem. Noroega
18.	Gianvittoris Frigerio	CIES
19.	Camille Houry	Canada
20.	Bettina Maas	UNFPA
21.	Michael Thijss	Embaixada dos Países Baixos
22.	George Hegarty	Embaixada da Irlanda
23.	Miguel Rombe	CIDA
24.	Anita Sandstrom	Suécia
25.	Anders Lealsen	Dinamarca
26.	Andrea R. Fiore	Dinamarca
27.	Benilde Garrine	PAP's
28.	Niels Riemter	Dinamarca
29.	Eva Kohl	Coop- Austieco
30.	Francisco Bucher	COOPITALIA
31.	Dario Milano	ITALCOOP
32.	Nelso Alone	ITALCOOP
33.	Dimitri Kanounnikoff	França - AFD
34.	Minna Tuominen	KEPA

35.	Alex Dickie	USAID
36.	William Mapote	Medracoop
37.	Jose Macamo	PNUD
38.	Felizberto Mialho	Embaixada de Holanda
39.	Sandra M. Cuna	Embaixada do Japão
40.	A. Machimlemo	KEPA

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
GOVERNO		
41.	Inocêncio Lorenzo da Silva	Ministério da Cultura
42.	Manuel Rosa P. Júnior	MPD
43.	Albano Manjate	MPD – DNMA
44.	Jorge Aquino Npaulé	MPD – DNMA
45.	Adelson Pedro J. Caetano	MPD
46.	Júlio Correia Langa	Ministério da Saúde
47.	Elias Massicame	INGC
48.	Anselmo J. Zimba	MPD - DNP
49.	Marisa Alves	MPD - DNP
50.	Abílio Cualo	Ministério da Mulher e da Acção Social
51.	Marco Vaz das Aguias	Ministério das Obras Públicas e Habitação
52.	Eleuterio Mabjaia	MIC - IPPEME
53.	Alfredo Mutombene	MPD - DNP
54.	Agatha Bauque	Ministério da Mulher e da Acção Social
55.	Júlio Filimone	MPD – DNP
56.	Evenilde Tamele	MPD - DNP
57.	Rosil Diruai	MPD – DNMA
58.	Leopoldina Massingue	MISAU – DMA
59.	Vanda Castelo	MPD – DNEAP
60.	Francisco Macaringue	INE
61.	Piedade Macamo	MF – DNT
62.	Didier Tivane	Ministério da Função Pública
63.	Isabel Sumar	Ministério das Finanças
64.	Jorge A. Cossa	Autoridade Tributária de Moçambique
65.	Chamila Ialy	MF - DND
66.	Esmeralda Fumo	Banco de Moçambique
67.	Veronica Pombe	MPD
68.	Alexandre Muhate	MIC - DASP
69.	Messias Macie	MOPH – DNA
70.	Vilela de Sousa	MICOA
71.	Gaspar Muniquele	Ministério da Justiça
72.	Marta Mabote Chiquisse	INE
73.	Marta Isabel Maté	Ministério do Trabalho
74.	Joaquim Silvestre Bila	IND
75.	Célio L. Maximiano Candido	Município de Maputo

76.	Fonseca Machaile	MAE – DNPDR
77.	Sheila Mavie	Fundo de Estradas
78.	Olegário Banze	MAE – DNPDR
79.	Eduardo Nhampandze	MFP
80.	Florêncio Papelo	MPD – DNMA
81.	Alemol Mamudo	MPD
82.	Augusto Nhalidade	MF – DEAE
83.	Diogo Milagre	CNCS
84.	Manuel Rego	MINED
85.	Paulino Shekushe	MF – IGF
86.	Anisio André Chomela	MAE – DNPDR
87.	Gilda Mabemo Chivambo	A.T.
88.	Maria de Fátima Zacarias	MINED
89.	Emarciana Goreth	MPD – DNMA
90.	Antonio L. Macamo	CPI
91.	Martinho D.	MISAU
92.	Ercilia Salvador Mazive	INEFP - MITRAB
93.	Elias Nhambe	INEFP - MITRAB
94.	André Utui	MINED
95.	Elma Aúze	Ministério das Pescas
96.	Lúcia Luciano	MINAG
97.	Grilo Lubrino	MFP
98.	Graciete Sócrates	MICOA
99.	Yolanda Fonseca	MF – AT
100.	Noemia Utxavo	MPD - DNP
101.	Cristina Matusse	MPD - DNP
102.	Diolinda Sara Maucene	INEFP – DE
103.	Martinho Julião Vubil	MTC
104.	Verónica Siteo	MPD - DNP
105.	Berta Pesambila	MPD - DNMA
106.	Momade Piaraly	MPD - DNP

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL		
107.	Odete Miguel Muchanga	AMISA – GMD - Nampula
108.	Francisco Moamba	Associação AMIM
109.	Rabeca G. Gomes	Fórum Mulher Rural
110.	Ilda Paulino Langa	SPM
111.	Iracema Duarte	GMD
112.	Nilza Chiipe	Fórum Mulher
113.	Sheila Mondlane	Fórum Mulher
114.	Muteméssia Nilsa Gimo	Rede da Criança
115.	Mair Teles	UEM
116.	Olga José Biosse	GM - OREL
117.	Dulce Mungoi	ICERDA

118.	Jaime Comoche	UNIDO
119.	Humberto Zaqueu	GMD
120.	Jamissilvestre Lago	D. Moç
121.	Amade Naeleia	GMD
122.	Dário Milano	ITALCOOP
123.	Nelso Alone	ITALCOOP
124.	Odília Massagaie	ITALCOOP
125.	Carlos Buchili	MAE
126.	João José Utui	GMD – G20
127.	João A. Dongo	GMD – Manica
128.	Marta Cumbe	GMD
129.	Eufrigina dos Reis	GMD
130.	Maria Eunícia Francisco	GMD
131.	Ruth Tomas	MACHOCHE
132.	Lúcia Bento	ABIODES
133.	Florencio Quetane	DTM - CS
134.	Jerónimo Napilio	GMD
135.	Maria de Limas Mário	GMD – Cabo Delgado
136.	Rogério M. Fernando	Forum da 3ª Idade
137.	Rute A. Uetela	GM - DREL
138.	Elisa F. Banze	GM - DREL
139.	Francisco F. Mazoe	DTM – CS
140.	Anastacio Matavel	FONGA – G20 – Gaza
141.	Luís Ussene da C. P.	MGD
142.	Alberto Nhampossa	MGD
143.	Eugenio Fernandes	G20 Sofala
144.	Maria Belene Pfumo	G20 Inhambane
145.	Resina Vera Cruz	ONP
146.	Paulo Gentil	Conselho Universitário
147.	Amélia Fernanda	Rede da Criança